



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

O Novo Ensino Médio em debate: a experiência da Rede JUVEM

The New High School Under Debate: The Experience of the JUVEM Network

Vitória Wermelinger¹

Maria Clara Santos²

Wivian Weller³

Ricardo Severo⁴

A educação é um campo privilegiado para a observação e compreensão das desigualdades sociais, uma vez que reflete e reproduz as hierarquias e divisões presentes na sociedade. As reformas educacionais, por sua vez, têm sido alvo de debates, pesquisas e disputas ideológicas fundamentais para o comprometimento com uma educação inclusiva e de qualidade. Nesse sentido, publicizar as ações e organizações que estão sendo realizadas para contribuir neste cenário faz-se necessária.

A Rede JUVEM (*Juventude e Ensino Médio*)⁵ é uma rede nacional de pesquisa sobre os impactos da reforma do Novo Ensino Médio e teve seu projeto intitulado: *Itinerários formativos e projetos de vida no novo Ensino Médio: Processos, Propostas e Sujeitos*, contemplado e financiado pela chamada do Programa Pró-Humanidades do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Seu principal objetivo é investigar, no contexto da prática, a implementação, organização e avaliação dos itinerários formativos e do componente projeto de vida nos currículos dos sistemas

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. ORCID: [0000-0002-8630-1095](https://orcid.org/0000-0002-8630-1095) - E-mail: wermelingervitoria@gmail.com.

² Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. ORCID: [0000-0002-0121-4057](https://orcid.org/0000-0002-0121-4057) - E-mail: mclaraop@gmail.com.

³ Doutora em Sociologia pela Freie Universität Berlin. Professora Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília - UnB. ORCID: [0000-0003-1450-2004](https://orcid.org/0000-0003-1450-2004) - E-mail: wivian.unb@gmail.com.

⁴ Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. ORCID: [0000-0001-8413-7159](https://orcid.org/0000-0001-8413-7159) - E-mail: ricardosevero79@gmail.com.

⁵ As informações sobre a Rede JUVEM estão sistematizadas no site que torna público também todas as ações do projeto, bem como seus representantes e participantes. Disponível em: [Rede JUVEM](http://RedeJUVEM.org). Acesso em: 13.05.2025.

estaduais e distrital da educação, tomando como referência a experiência de gestores escolares, coordenadores pedagógicos professores e estudantes de escolas estaduais do Ensino Médio.

Dessa forma, compreendendo a importância que o debate sobre o Novo Ensino Médio vem ganhando no Brasil e considerando relevante a organização deste projeto com o intuito de contribuir para sistematização de dados sobre a reforma em escala nacional, bem como ouvir à própria comunidade escolar, entramos em contato com a Rede que aceitou nosso convite para uma entrevista. Esta pretende complementar o Dossiê *Reformas na Educação Brasileira: Desafios Ideológicos e Novas Perspectivas*. Vale destacar que os artigos acolhidos trouxeram vasta contribuição, desde a educação básica à superior, e entre os temas abordados, um dos mais destacados foi a Reforma do Ensino Médio e como ela vem impactando a realidade escolar, promovendo mudanças curriculares, entre outros aspectos.

Na ocasião, entrevistamos a coordenadora geral da Rede, a doutora em Sociologia e professora da Universidade de Brasília, Wivian Weller, e o coordenador de divulgação científica, o doutor em Ciências Sociais e professor da Universidade Federal do Rio Grande, Ricardo Severo. A professora Wivian Weller é especialista em Ciências da Educação e Métodos Qualitativos nas Ciências Sociais. Além disso, coordena o Grupo de Trabalho (GT) 14 de *Sociologia da Educação* da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), contribuindo assim em pesquisas que abordam estudos comparados sobre estudantes no Ensino Médio e na educação superior, orientações educativas e projeto de vida de jovens em contextos diversos, bem como estudos nacionais e internacionais sobre o Ensino Médio e seus exames. Por sua vez, o professor Ricardo Severo é especialista em Sociologia Política e atua com temas sobre movimentos sociais, ativismo político, juventudes e educação. É coordenador adjunto do GT *Sociologia da Juventude* da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

A entrevista visa evidenciar a atuação do projeto da Rede JUVEM frente à política educacional do Novo Ensino Médio. Abordará, portanto, acerca da experiência na

coordenação do projeto, bem como sua organização e funcionamento. Também será apresentada a percepção dos coordenadores acerca das principais preocupações de professores e estudantes em relação à reforma. Por fim, serão retratados os desafios enfrentados pelo projeto e seus encaminhamentos futuros.

*

Entrevista

Vitória: Diante da trajetória de vocês na Sociologia da Educação, o que significa, para a Wivian, estar na coordenação da Rede JUVEM, e para o Ricardo, atuar na área de divulgação científica?

Wivian: A construção da Rede JUVEM vem de outras parcerias que já desenvolvemos, com um grupo de pesquisadores do campo da juventude. Temos, inclusive, outra rede com nome muito parecido, chamada Rede JUVE (Rede de Pesquisa em Juventude no Brasil), voltada à pesquisa sobre juventude. Já realizamos diversos simpósios, promovidos a cada dois anos. Além disso, também coordenamos o Comitê de Pesquisa em Sociologia da Juventude da Sociedade Brasileira de Sociologia.

Antes disso, fui coordenadora do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, em 2014. Naquela época, também atuamos em uma rede com professores envolvidos no curso de formação continuada promovido pelo Pacto. Trabalho nesse campo desde 2005, e, antes mesmo do Pacto, participei de um projeto chamado *Ensino Médio em Diálogo*.

No entanto, esta é a primeira vez que assumo a coordenação de uma rede nacional de pesquisa – isso é novo para mim. A partir da reforma do Ensino Médio e dos trabalhos que fomos conhecendo em congressos, percebemos a importância de criar uma rede que abrangesse todas as regiões do país. Hoje, a Rede conta com representantes da região Norte (Amazonas e Pará), do Nordeste (Ceará e Bahia), do Distrito Federal e Centro-Oeste, do Sudeste (Minas Gerais e São Paulo), e do Sul (Rio Grande do Sul).

Buscamos construir uma rede que abrangesse todas as regiões do país. Um dos objetivos da rede foi também não permanecer com a pesquisa só nas capitais, mas também do

interior. Assim, formamos equipes em cada estado, com atuação tanto nas capitais quanto em municípios menores. Além disso, incorporamos professores de universidades fora dos grandes centros urbanos, como o professor Ricardo, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Ricardo: Bom, não é que o audiovisual seja uma novidade, claro que já existem muitos documentários e pesquisadores trabalhando com esse recurso. O que buscamos nesta proposta foi integrar diferentes linguagens: a escrita, a comunicação científica e as mídias sociais. Foi, inclusive, pelas redes sociais que encontramos vocês do Dossiê e também estamos trabalhando na questão da produção de documentários.

Sobre a produção do documentário, é uma tentativa de aproximar a linguagem da metodologia científica, em especial do método que a professora Wivian desenvolve aqui no Brasil, já tem alguns anos, o qual é o método documentário. Não seguimos esse método de forma “pura”, mas nos inspiramos nele para tornar os conteúdos mais acessíveis, indo além do espaço acadêmico.

Essa abordagem dialoga com minha experiência pessoal. Realizei um documentário em 2018, outro em 2022, e agora, em 2025, estamos produzindo um novo, com entrevistas de especialistas, professores e estudantes. Então, a ideia é integrar diversas linguagens para a comunicação científica, inclusive mídia social.

A professora Wivian acolheu essa proposta desde o início do projeto, e montamos uma equipe integrada, com bolsistas responsáveis pela comunicação. Isso foi essencial para alcançarmos um público mais amplo — não apenas pesquisadores e especialistas, mas também estudantes. É muito gratificante saber, por exemplo, que um dos nossos documentários foi exibido em sala de aula e provocou debates sobre a reforma do Ensino Médio. Às vezes, algo feito em Belém ressoa aqui no Rio Grande do Sul, e alguém percebe: “Olha como tem coisas parecidas”.

Maria Clara: Como se organiza o funcionamento da Rede JUVEM?

Wivian: Primeiro, realizamos um processo de construção da metodologia do nosso trabalho. Em seguida, criamos oficinas, pois estamos trabalhando com os mesmos procedimentos de coleta e análise de dados em todas as regiões. Organizamos grupos de discussão com professores e estudantes, além de realizar entrevistas narrativas com diretores e coordenadores pedagógicos.

Para isso, promovemos oficinas de capacitação, já que o projeto conta com bolsistas de iniciação científica, mestrandos e doutorandos. Formamos um grupo responsável pela elaboração dos roteiros dos grupos de discussão, tanto com estudantes quanto com professores e, a partir daí, fomos estruturando diferentes frentes de trabalho.

Temos equipes responsáveis pelo desenvolvimento dos instrumentos de pesquisa e, em cada estado, um grupo dedicado à análise documental, com foco na legislação e nos documentos normativos. Atualmente, estamos na fase de análise dos dados. Cada estado já concluiu a transcrição das informações coletadas, e agora estamos trabalhando na análise, o que nos permitirá, ainda neste ano, estabelecer comparações entre os resultados de cada região e, assim, concluir a pesquisa.

Maria Clara: Com base nessas experiências preliminares relatadas e também na experiência da atuação de vocês na coordenação da Rede JUVEM, quais são as principais preocupações que vocês observam por parte dos professores e dos especialistas em relação à reforma do Ensino Médio?

Ricardo: Ainda não conseguimos fazer uma análise comparativa consolidada, ou seja, reunir todos os dados. Conseguimos perceber alguns indícios, mas a análise final continua em construção. Preocupações que aparecem entre os professores, no meu entendimento, são duas, as principais. Uma é a sobrecarga de trabalho. Foram atribuídas mais demandas a esses profissionais. Além das disciplinas que já lecionavam, como Física, Química, Biologia, agora também precisam dar conta dos itinerários formativos.

Isso exige constante atualização, especialmente porque esses itinerários mudam com frequência.

Vou dar um exemplo aqui do Rio Grande do Sul, o itinerário de *Empreendedorismo e Comunicação*, e no ciclo seguinte lançaram um novo com foco em *mídias sociais*, chamado “*TikTok*”. Os professores precisam reaprender, adaptar-se, pensar em como abordar esses conteúdos em sala de aula. E aí, às vezes, eles fazem adequações para tentar atender a demanda que os estudantes trazem para as professoras e professores.

Então, o primeiro ponto é essa sobrecarga, o aumento da carga de trabalho docente, sem o devido reconhecimento, nem em termos salariais, nem em condições de trabalho. E tudo isso somado à necessidade de estar em constante adaptação às mudanças. Muitas vezes, não há formação continuada adequada. E, sem querer entrar muito a fundo agora, mas o que está acontecendo com o novo Ensino Médio é que existe a atuação de institutos privados nesta formação de professores. Ainda não conseguimos abordar isso com profundidade nesta pesquisa, mas é algo que já estamos trabalhando para o futuro e ver como isso vai acontecer.

Em relação aos especialistas, vamos trabalhar com os gestores e as gestoras escolares, também essa preocupação de como se organiza tudo isso. Tudo mudou, e mudou de novo, e vai mudar. Existem preocupações, às vezes, de ordem mais prática, vamos dizer assim, olha, aquela professora que tinha não sei quantas horas, ela ficou sem o que a gente vai fazer? Tem que trabalhar para que ela dê conta desse outro conteúdo. Sem falar que tem aparecido muita insatisfação dos estudantes em relação a muitas trilhas/itinerários formativos.

Wivian: Outro ponto que considero também uma preocupação dos professores e dos estudantes é a questão da formação geral básica. Houve uma redução muito grande da carga horária que foi significativa, especialmente para as disciplinas de ciências humanas, que perderam espaço. Os professores se sentem na responsabilidade de dar conta de todo o conteúdo exigido pelos vestibulares e pelo Enem, mas com muito menos

tempo disponível. A formação geral básica acabou se tornando quase um “cursinho pré-vestibular”, com necessidade de passar rapidamente por todos os conteúdos, sem espaço para aprofundamento.

Só para dar um exemplo: em alguns estados, dos cinco dias letivos da semana, três são destinados à formação geral básica e dois aos itinerários formativos e ao componente “projeto de vida”. O que acontece é que os alunos relatam que, na prática, frequentam a escola três dias por semana. Nos outros dois, quando há itinerários ou projeto de vida, muitos não comparecem. Sentem que não há aproveitamento efetivo desses momentos. Muitos afirmam estar perdendo um tempo precioso, que seria um tempo que eles poderiam estar se aprofundando mais em aspectos de disciplinas da formação geral básica, principalmente a redação, que é uma das grandes preocupações deles em relação ao Enem e outros exames. Então, há um desafio muito grande de fato, porque o Enem continua com a mesma estrutura e exigências, mas a escola agora tem menos tempo para oferecer essa base. Isso tem gerado frustração e insegurança entre os estudantes.

Ricardo: Um exemplo curioso, um dos jovens que entrevistei comenta que não foi à escola porque precisava estudar. E isso resume muito da contradição atual. Para muitos estudantes, três dias de aula é bastante, porque muitas vezes tem três dias de trilhas, de itinerários e dois dias somente de disciplinas tradicionais, como Geografia, Física e Química. A insatisfação é forte, principalmente entre aqueles que pretendem ingressar no ensino superior. Eles se sentem em desvantagem, especialmente ao se compararem com estudantes da escola privada ou de institutos federais, que mesmo tendo aderido à reforma, conseguiram preservar, com adaptações, o currículo das disciplinas obrigatórias.

Por outro lado, os estudantes que não pretendem cursar o ensino superior também expressam descontentamento. A promessa era de uma formação voltada ao mundo do trabalho. Mas eles não se sentem preparados. Muitos questionam: “Para que eu vou usar isso?”, “Qual a utilidade real desse conteúdo para minha vida?”. Existe a introjeção de

uma lógica de empreendedorismo de si dentro desses itinerários. Isso aparece em diversos estados, mas muitos estudantes não se identificam. Eles percebem que há um descompasso entre o que é prometido e o que, de fato, está sendo oferecido. Além disso, como as escolas estão em tempo integral, estudantes que trabalham acabam evadindo. Esses jovens estão sobrecarregados e insatisfeitos, tanto com a redução das disciplinas tradicionais quanto com os itinerários que vêm sendo implementados. A reforma não tem atendido, nem aqueles que querem fazer ensino superior, nem aqueles que querem trabalhar.

Vitória: Quanto aos desafios estruturais e pedagógicos, o que vocês têm observado na adaptação das escolas ao novo modelo de ensino?

Ricardo: Vou comentar sobre o que estou acompanhando aqui no Rio Grande do Sul. Em uma das escolas que estou acompanhando, veio uma equipe do Maranhão que implantou uma lógica de formação continuada. É basicamente uma empresa que aplica uma abordagem meio meritocrática para os professores e professoras durante essa formação. Só que, agora, esses professores estão satisfeitos, porque finalmente estão sendo atendidos na questão da formação continuada, mesmo que não haja uma criticidade em relação ao conteúdo que está sendo oferecido.

Então, primeiro, acho que um desafio que precisamos considerar dentro dessas mudanças estruturais é o que está sendo colocado como lógica pedagógica, ou até mesmo como concepção de educação para o Ensino Médio. O que se pensa sobre o Ensino Médio hoje? Essa reforma do Ensino Médio tem um viés pragmático, voltado para a formação com foco no mercado de trabalho.

Mas como atender um estudante de ensino integral que precisa trabalhar, cuidar da casa, dar conta da vida? Isso aparece, inclusive, no nosso documentário. Eles dizem: “Essa reforma do Ensino Médio não foi pensada para mim”. Acham que não foi pensada para eles lá em Belém, mas, quando conversamos com estudantes de Porto Alegre, São Paulo...

nunca é para aquele estudante. Parece que foi pensada para um estudante de lugar nenhum, ou para um estudante sem nenhum outro compromisso além de estudar. Então, esse é, para mim, um dos principais desafios estruturais e pedagógicos: pensar uma escola para o jovem real, o jovem que de fato existe no Brasil.

Wivian: Se a gente olha para esse projeto, pensamos: “Bom, isso aqui seria perfeito se todos os nossos estudantes estivessem em escolas de tempo integral”, dentro daquela concepção que o Anísio Teixeira idealizou para o Ensino Médio no Distrito Federal. Ele concebeu uma escola de tempo integral em que haveria um bloco de aulas e um bloco com espaços para diferentes atividades. Teríamos auditório, biblioteca, refeitório... Inclusive, no projeto de Anísio Teixeira, existiriam diferentes tipos de Ensino Médio dentro da mesma escola, teria, por exemplo, o Ensino Médio profissional e científico, e os estudantes estariam juntos nesse mesmo espaço. Eles teriam atividades conjuntas e, depois, algumas disciplinas específicas conforme o percurso escolhido.

Então, essa foi a ideia que Anísio Teixeira pensou, uma escola que, em inglês, é chamada de *comprehensive school*, ou seja, uma escola compreensiva. É daí que vem essa ideia de educação integral: uma educação que contempla tanto o momento das disciplinas tradicionais quanto o momento em que o estudante pode se dedicar a projetos de seu interesse. Mas essa é uma proposta pensada para uma escola integral de tempo integral e é importante diferenciar essas duas coisas: escola integral e escola de tempo integral. Quando falamos de educação integral, seguindo a perspectiva de Anísio Teixeira, que se inspirou em John Dewey, estamos falando de uma formação que considera diferentes aspectos do ser humano. Não se trata apenas de preparar para o vestibular ou para o mercado de trabalho, mas de pensar: que cidadãos queremos formar para o futuro?

Para isso, precisaríamos de escolas com a estrutura pensada por Anísio Teixeira. O problema é que tentaram implementar essa proposta de Ensino Médio em escolas que não têm essa estrutura. Então, vejo aí uma questão de infraestrutura muito clara. Ainda não temos, no Brasil, uma realidade em que os estudantes possam, de fato, permanecer

em escolas de tempo integral. Na verdade, o que temos são escolas que funcionam em dois turnos, mas que se dizem de tempo integral. Para viabilizar isso de verdade, precisaríamos de políticas como a bolsa permanência, é o que está tentando se fazer agora com o programa *Pé-de-Meia*.

Outro ponto estrutural importante é que não temos professores preparados para colocar esse projeto em prática. Os itinerários formativos, assim como o componente “projeto de vida”, muitas vezes acabam sendo assumidos por profissionais em contratos temporários. São vínculos frágeis, de pessoas que muitas vezes não conhecem bem a escola, nem os estudantes, o que dificulta o desenvolvimento do projeto. Então, acredito que uma reforma estrutural como essa, do Ensino Médio, precisaria ter olhado para vários aspectos. A escola tem condições de implementar essa proposta? E vamos investir também nos professores, para que eles possam se dedicar integralmente, sem precisar correr entre duas ou três escolas, como acontece hoje com tantos docentes.

Maria Clara: Então, pensando nesses desafios que vocês colocaram, quais ajustes ou melhorias poderiam ser feitos na reforma do Ensino Médio para melhor atender às necessidades tanto dos professores quanto dos estudantes?

Ricardo: Acho que um dos elementos iniciais é a infraestrutura. Estão pensando em itinerários formativos para um espaço que simplesmente não existe. Faltam coisas básicas: refeitório, espaços de descanso, laboratórios... não há estrutura para realizar atividades práticas ou mesmo para o estudante simplesmente parar um pouco. Então, o primeiro ponto é, sim, infraestrutura. Outro aspecto que seria interessante, aliás necessário, é a formação continuada. No meu entendimento, essa formação pode ser feita tanto pelo setor público quanto pelo privado, mas com qualidade. E, claro, os professores precisam ser valorizados nesse processo. A formação continuada é trabalho, então eles devem ser remunerados e bem remunerados para participar dela. Pensando no que vimos no nosso documentário, uma estudante trouxe dois pontos importantes.

Primeiro, ela disse: “Muda, muda, muda, muda... e parece que a gente se prepara para uma coisa, e logo depois já mudou de novo.” Esses estudantes querem uma rotina mais estável, algo mais previsível. Eles precisam saber o que vão estudar e para que vão estudar.

Wivian: É muito difícil encontrar hoje um estudante do terceiro ano do Ensino Médio que não tenha o desejo de continuar os estudos na educação superior. Alguns dizem, nas pesquisas, que vão terminar o Ensino Médio, estudar para passar em um concurso público, porque precisam trabalhar, mas que depois pretendem fazer uma faculdade, muitas vezes em instituições particulares. Outros já falam que querem sair direto da escola e tentar uma universidade pública. Então, o que temos no Ensino Médio é uma maioria que pensa em continuar os estudos. Por isso, para esses jovens, o foco está em como se preparar para o ingresso na educação superior, especialmente na pública e em cursos mais concorridos.

A realidade atual nas universidades é que muitos cursos, especialmente os de licenciatura, não estão conseguindo preencher suas vagas. Isso mostra que esses cursos não correspondem ao que o estudante do Ensino Médio deseja. Por isso, precisamos conhecer melhor os jovens de hoje. Muitas políticas são pensadas com base em uma ideia de juventude do passado, quando os jovens tinham menos opções. Hoje, eles são mais seletivos. Nós temos uma demanda grande por formação profissional, mas muitas vezes essa formação não é atrativa para os jovens. Eles se perguntam: “Por que eu faria esse curso? Para ter um salário baixo, numa profissão que não é reconhecida?”. Esses aspectos acabam sendo ignorados. E, além disso, existem hoje várias ocupações nas quais o jovem não precisa de curso nenhum. Ele mesmo vai trabalhar nessa área e ganhar, às vezes, ganha muito mais do que alguém com curso profissionalizante ou superior. Nem a universidade, nem a escola estão, muitas vezes, atentas a essas mudanças.

Vitória: Eu queria saber um pouco mais sobre o papel de projetos como a Rede JUVEM nesse contexto, e principalmente sobre a importância de ouvir os jovens que estão atualmente no Ensino Médio.

Wivian: Nós já vínhamos acompanhando diversas pesquisas que apresentavam críticas à reforma do Ensino Médio, mas que estavam muito voltadas para a dimensão política da reforma e para as questões estruturais. Desde o início, queríamos, de fato, ouvir mais os próprios jovens, entender o que está acontecendo nas escolas a partir da perspectiva deles, como eles estão percebendo essas mudanças.

Acho que a Rede JUVEM tem dado uma contribuição importante nesse sentido, o de compreender esses diferentes contextos. A pesquisa está sendo realizada em oito estados, em todas as regiões do Brasil, incluindo tanto as capitais quanto pequenos municípios. Em cada um desses lugares, buscamos entender o que os jovens estão trazendo como principais preocupações, especialmente no que diz respeito aos seus planos para depois do Ensino Médio.

Acredito que é fundamental ouvirmos mais os nossos jovens e também os professores, para pensarmos políticas públicas que façam sentido para quem vai ser beneficiado por elas. Não dá para construir uma política pública sem escutar quem vive a escola no dia a dia. Um dos objetivos do projeto é justamente levantar informações sobre como estão organizados os itinerários formativos e o componente “projeto de vida”. Diante da reforma do Ensino Médio, o que esses elementos representam? Como os próprios estudantes têm os compreendido?

Maria Clara: E sobre o projeto de vida e os itinerários formativos, o que vocês já levantaram sobre isso em relação à Reforma?

Wivian: Há uma mudança muito grande em relação ao que está sendo ofertado nos itinerários formativos. Muitas vezes, esses percursos nem sempre contam com

professores preparados para atuar nas temáticas propostas. E, em vários casos, os estudantes não conseguem ver um retorno imediato, ou entender de que forma aquilo pode contribuir para sua trajetória. Alguns itinerários chegaram a repercutir na mídia, como, por exemplo, um sobre *TikTok*. E aí fica a pergunta: como relacionar esse tipo de conteúdo com a formação geral básica? Porque, teoricamente, a proposta é que os itinerários estejam integrados aos componentes curriculares da formação geral. Mas, na prática, essa conexão muitas vezes não acontece.

No papel, há projetos muito interessantes, inclusive com ideias de parceria entre escola e universidade, onde os estudantes poderiam frequentar cursos, fazer atividades em laboratórios universitários e, futuramente, aproveitar esses créditos caso ingressarem no ensino superior. Mas, para isso acontecer, é preciso estruturar o apoio e articulação entre as instituições. O que temos observado é uma desconexão entre a formação geral básica e os itinerários formativos. A ideia dos itinerários, em si, não é ruim. Mas seria necessário que eles fossem, de fato, espaços de aprofundamento curricular, mais vinculados à formação básica. E, do jeito que está hoje, em muitos casos, essa ligação não existe.

Em relação ao componente "projeto de vida", os estudantes têm respondido que a ideia é interessante, que é um momento importante para falar das angústias, dos anseios, do que eles desejam sobre o futuro, para organizar seus estudos e suas rotinas. Mas o que eles apontam é que a carga horária destinada a isso é muito grande. E, realmente, se você destina uma tarde inteira, durante três anos, só para falar sobre projeto de vida, chega um ponto em que não há muito mais o que ser trabalhado. Quando olhamos alguns manuais que orientam como desenvolver o componente projeto de vida na escola, muitas vezes aparece uma ideia meio ilusória: que, ao seguir aquela cartilha, o jovem vai se tornar um empreendedor, desenvolver liderança, ter segurança para abrir um negócio..., mas sabemos que a realidade não é tão simples assim. E eu considero arriscado colocar toda essa responsabilidade nas costas do estudante. Se nem um

estudante do ensino superior tem, muitas vezes, condições de planejar a própria trajetória, muito menos o jovem do Ensino Médio.

Ricardo: Eles gostam da proposta do projeto de vida, mas acham que ocupa tempo demais. Outro ponto que apareceu com força, por parte dos professores e professoras, é o fato de não terem formação para assumir o papel quase de psicanalista dos estudantes, o que gera uma sobrecarga enorme. Professores e professoras, geralmente, já lidam, no cotidiano, com questões emocionais e sociais, mas agora isso parece estar se institucionalizando essa responsabilidade. Então, não é que a disciplina não deva existir, mas não nesse formato, com essa abordagem muitas vezes psicologizante e sem o suporte necessário.

Vitória: Qual mensagem vocês deixariam para os educadores, professores e gestores que estão vivendo esse processo de mudança?

Wivian: A gente quer ouvi-los. Queremos entender melhor as especificidades de cada escola, de cada contexto. Acredito que a parceria entre universidade e educação básica é fundamental. Nós fazemos pesquisa na universidade justamente para pensar em como formar melhor os futuros professores que vão atuar na educação básica. E, para formar bem os nossos estudantes de licenciatura, precisamos conhecer profundamente a realidade das escolas. Queremos escutar mais e trazer a visão dos professores, dos estudantes, dos gestores, para provocar as mudanças que são realmente necessárias. Agora, o que temos escutado é que essa reforma vai continuar sendo feita como “trocar os pneus de um carro em movimento”. E é muito difícil conduzir uma mudança dessa forma, ainda mais considerando que foi um processo atropelado. Essa reforma foi implementada em plena pandemia, porque a lei foi sancionada entre 2017 e 2018, mas os debates aconteceram depois, nos Conselhos Estaduais de Educação, justamente durante a pandemia. Eu me lembro das *lives* que a Secretaria de Educação realizou para

discutir o projeto, tudo de forma virtual. Não havia possibilidade de audiência pública presencial. Foi um momento em que deveríamos estar concentrados em como manter os estudantes na escola durante a pandemia, não em reformar o Ensino Médio.

Diz-se que o Brasil se inspirou no Chile para essa reforma, mas o Chile fez um processo gradativo, ao longo de duas décadas. E, mesmo assim, a reforma chilena ainda recebe muitas críticas. Já no Brasil, a mudança aconteceu de forma abrupta. Acho que é um caso único: em plena pandemia, decidiu-se mudar completamente o nosso Ensino Médio. Por isso, é fundamental ouvir mais os professores. Essa é a mensagem que queremos deixar: queremos estar juntos, pensar juntos. Pensar em como formar melhor os professores que vão atuar no Ensino Médio e também como preparar os estudantes, seja para ingressar na educação superior ou para atuar em outros campos e ingressar no mundo do trabalho.

Maria Clara: Vocês podem falar um pouco sobre as expectativas e os próximos passos do projeto?

Wivian: Acho que já temos contribuições muito ricas. Agora estamos na fase de consolidação das análises realizadas por cada estado. Provavelmente, no segundo semestre, vamos iniciar uma análise comparativa. A ideia é observar, por exemplo, como o componente "projeto de vida" está sendo organizado e desenvolvido em cada estado, tanto por professores quanto por estudantes. A partir dessas análises, vamos produzir *policy papers*, que são documentos orientadores. Esses documentos serão distribuídos para as redes estaduais de ensino e também para a Secretaria de Ensino Médio do Ministério da Educação, que é uma coordenação específica dentro da Secretaria de Educação Básica. Com os resultados da nossa pesquisa, queremos também provocar os gestores, no sentido de que eles possam olhar para os resultados da pesquisa e pensar em proposições, em possíveis caminhos para melhorar a implementação da reforma do Ensino Médio.



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Ricardo: Uma das ideias é dar continuidade à pesquisa, acompanhando o que está sendo chamado de mini-reforma do "novo Ensino Médio" e também entender de que forma algumas políticas públicas mais recentes, como o *Pé-de-Meia*, podem contribuir. Queremos saber se essas iniciativas estão conseguindo responder a algumas das demandas que os próprios estudantes têm apontado, como a dificuldade de permanecer o dia todo na escola porque precisam trabalhar, por exemplo. Então, vamos seguir observando essas mudanças no Ensino Médio, sempre dentro dessa perspectiva que a professora Wivian comentou: a de ouvir a comunidade escolar.